

**AUDIÊNCIA PÚBLICA**

**AVALIAÇÃO**  
**DAS**  
**METAS FISCAIS**

**2º QUADRIMESTRE DE 2016**

## 1. DO RELATÓRIO

O Poder Executivo Municipal de Três Coroas, em cumprimento ao disposto no art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), em audiência pública junto à Câmara Municipal de Vereadores, **TORNA PÚBLICO** o Relatório e os Demonstrativos do cumprimento das Metas Fiscais relativas ao 2º Quadrimestre do exercício de 2016, conforme segue:

Cabe aqui ressaltar que os relatórios da LRF foram publicados no prazo estabelecido em jornal local, no site da Prefeitura e no Mural de Publicações Oficiais, localizado no Saguão do Andar Superior da Prefeitura.

## 2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

### 2.1 PODER EXECUTIVO (EXCLUÍDO O REGIME DE PREVIDÊNCIA)

#### 2.1.1 RECEITA

Considerando todas as fontes de recursos, a receita total realizada, até o quadrimestre, foi de R\$ 40.311.827,97, para uma previsão anual de R\$ 60.415.691,20.

Através do quadro abaixo, podemos visualizar a execução da Receita durante o exercício de 2016, excluída a receita do Regime de Previdência.

CATEGORIA	PREVISTO	REALIZADO	PERCENTUAL REALIZADO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>67.002.719,00</b>	<b>44.470.022,07</b>	<b>66,37%</b>
Receita Tributária	6.955.000,00	5.231.433,55	75,22%
Receita de Contribuições	890.500,00	537.880,51	60,40%
Receita Patrimonial	460.000,00	405.421,02	88,14%
Receita de Serviços	1.158.200,00	814.380,33	70,31%
Transferências Correntes	56.676.719,00	36.848.033,52	65,01%
Outras Receitas Correntes	862.300,00	632.873,14	73,39%
Receitas Correntes Intra Orçamentárias	0,00	0,00	0,00%
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>246.900,00</b>	<b>880.868,54</b>	<b>356,77%</b>
Alienação de Bens	180.000,00	19.900,00	11,06%
Amortização de Espósitos	28.500,00	5.009,91	17,58%
Transferências de Capital	0,00	823.993,67	#DIV/0!
Outras receitas de capital	38.400,00	31.964,96	83,24%
<b>TOTAL</b>	<b>67.249.619,00</b>	<b>45.350.890,61</b>	
<b>( - ) Dedução para o FUNDEB</b>	<b>6.833.927,80</b>	<b>4.262.269,03</b>	<b>62,37%</b>
<b>( - ) Outras Deduções da Receita</b>	<b>0,00</b>	<b>776.793,61</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL</b>	<b>60.415.691,20</b>	<b>40.311.827,97</b>	<b>66,72%</b>

### 2.1.2 DESPESA

A despesa realizada, não considerando o Poder Legislativo e o Regime de Previdência, totalizou, no período, a importância de R\$ 40.420.240,59, que corresponde a 63,63% da dotação atualizada.

Destaca-se que a parcela mais significativa destas despesas é financiada com recursos próprios, do Tesouro Municipal, representando ações de caráter continuado e permanente da atividade governamental.

Além destas, temos as despesas financiadas através de recursos vinculados, cuja execução está condicionada à realização dessas receitas. Como exemplos, podemos citar os convênios e as operações de crédito.

CATEGORIA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA LIQUIDADADA	% SOBRE TOTAL LIQUIDADADA
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>57.459.823,05</b>	<b>37.711.048,79</b>	<b>93,30%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	31.740.380,00	20.434.096,29	50,55%
Juros e Encargos da Dívida	2.000,00	0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	25.717.443,05	17.276.952,50	42,74%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>4.867.118,14</b>	<b>2.709.191,80</b>	<b>6,70%</b>
Investimentos	4.867.118,14	2.709.191,80	6,70%
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00%
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00%
Res. Contingência	1.200.000,00	0,00	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>63.526.941,19</b>	<b>40.420.240,59</b>	<b>100,00%</b>

### 2.1.3 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO PODER EXECUTIVO

Confrontando a receita realizada no exercício, que totalizou R\$ 40.311.827,97 com a despesa liquidada, R\$ 40.420.240,59, temos um déficit orçamentário de R\$ 108.412,62.

Entretanto se a comparação for com a despesa empenhada, que foi R\$ 48.203.532,10, teremos um déficit de R\$ 7.891.704,13.

## **2.2 PODER LEGISLATIVO**

### **2.2.1 DESPESA**

A despesa realizada pelo Poder Legislativo totalizou, no período, a importância de R\$ 357.857,04, que corresponde a 44,57% da dotação atualizada.

O quadro abaixo demonstra a execução da despesa:

<b>CATEGORIA</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>	<b>DESPESA LIQUIDADADA</b>	<b>% SOBRE TOTAL LIQUIDADADA</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>616.900,00</b>	<b>342.398,04</b>	<b>95,68%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	543.400,00	326.822,35	91,33%
Outras Despesas Correntes	73.500,00	15.575,69	5,43%
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>186.000,00</b>	<b>15.459,00</b>	<b>4,32%</b>
Investimentos	186.000,00	15.459,00	4,32%
<b>TOTAL</b>	<b>802.900,00</b>	<b>357.857,04</b>	<b>100,00%</b>

### **2.2.2 LIMITE DE GASTOS TOTAIS**

Os limites de gastos totais do Poder Legislativo estão fixados no artigo 29-A da Constituição Federal e no artigo 59 da LC 101/2000.

De acordo com a Constituição Federal, a despesa total da Câmara Municipal de Três Coroas poderia ser até 7% da Receita Efetivamente Realizada no Exercício Anterior, que totalizou R\$ 41.687.937,80. Ou seja, o limite máximo seria R\$ 2.918.155,65, com um duodécimo de R\$ 243.179,64

Comparando com a despesa liquidada, até o mês de agosto, houve uma economia de R\$ 1.587.580,06 em favor dos cofres municipais.

## **2.3 REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS**

### **2.3.1 RECEITA**

A receita total realizada, no exercício, foi de R\$ 7.718.431,65, para uma previsão de R\$ 9.401.400,00.

### **2.3.2 DESPESA**

A despesa realizada pelo Regime de Previdência, totalizou, no período, a importância de R\$ 2.418.036,11, que corresponde a 24,96% de sua dotação atualizada.

O quadro abaixo demonstra a execução da despesa:

<b>CATEGORIA</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA</b>	<b>DESPESA LIQUIDADADA</b>	<b>% SOBRE TOTAL LIQUIDADADA</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>3.900.000,00</b>	<b>2.418.036,11</b>	<b>100,00%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	3.820.000,00	2.369.068,22	97,97%
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00%
Outras Despesas Correntes	80.000,00	48.967,89	2,03%
<b>Res. RPPS + Res. Contingência</b>	<b>5.788.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>9.688.400,00</b>	<b>2.418.036,11</b>	<b>100,00%</b>

### **2.3.3 RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

Do confronto entre receita e despesa do Regime de Previdência verifica-se um superávit de R\$ 5.300.395,54.

### 3 DO ATENDIMENTO AOS LIMITES FIXADOS

#### 3.1 DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)

Entende-se por Receita Corrente Líquida o somatório das receitas tributárias, receitas de contribuições, receitas patrimoniais, receitas de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, efetuadas as deduções previstas na legislação.

A Receita Corrente Líquida é apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze meses anteriores.

A Receita Corrente Líquida serve de base para o cálculo para os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, apresentados através do relatório de Gestão Fiscal.

O valor da RCL apurado no mês de AGOSTO/2016 é de R\$ 63.848.527,24.

#### 3.2 LIMITE DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO

Os gastos com pessoal, do Poder Executivo, nos últimos 12 meses, totalizaram R\$ 31.576.093,08, valor este que corresponde a 49,45% da Receita Corrente Líquida.

Desta forma, constata-se que o Município está respeitando tanto os limites previstos em Lei:

- Limite Máximo: 54%
- Limite Prudencial: 51,3%



### **3.3 LIMITE DA DESPESA COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO**

Os gastos com pessoal, do Poder Legislativo, nos últimos 12 meses, totalizaram R\$ 481.076,20, valor este que corresponde a 0,75% da Receita Corrente Líquida.

Desta forma, constata-se o cumprimento do limite fixado em Lei.

### **3.4 LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA - LIMITE DE ENDIVIDAMENTO -**

No que se refere ao cumprimento dos limites, a Resolução do Senado Federal nº 40/2001, em seu art. 3º, inciso II, nos termos da Lei Complementar 101/2000, estabelece que o montante da Dívida Consolidada não deve ultrapassar a 120% da Receita Corrente Líquida.

O Município não possui valores inscritos na Dívida Consolidada.

### **3.5 LIMITE DE COMPROMETIMENTO COM AMORTIZAÇÃO, JUROS E ENCARGOS**

O Município não teve despesas com amortização, juros e encargos da Dívida;

O limite estabelecido no art. 7, § II da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal é de 11,50%.

### **3.6 LIMITE PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO**

Não foi realizada nenhuma operação de crédito no exercício de 2016.

O limite estabelecido no art. 7, § I da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal é de 16%.

### **3.7 APLICAÇÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO**

No que diz respeito à saúde, o mínimo previsto é de 15% e houve a aplicação de 26,76% durante o exercício. Já em educação o limite mínimo é de 25% e foram aplicados 27,27%, no mesmo período.

**Três Coroas, 27 de setembro de 2016.**

**JUARÊS LUÍS DA SILVA  
CONTADOR**